

Para Sarney, o País já superou ameaças

CARLOS CHAGAS



Ontem, ao completar sete meses na chefia do governo, o presidente José Sarney mostrava-se particularmente otimista. Vinha de dias de intensa movimentação e trabalho, inclusive tendo permanecido acordado até às 3 horas da madrugada, examinando decisões a tomar depois que regressou da recepção oferecida ao presidente Mitterrand. No café da manhã, no Palácio da Alvorada, disse a **O Estado** e ao **Jornal da Tarde** que o País segue os seus rumos naturais, sem crises, confrontos e explosões, coisa que pouca gente acreditava quando a Nova República se instalou. Naquele momento, do que mais se falava era do caos, da catástrofe e da impossibilidade de vencermos a quadra amarga iniciada com o inusitado que levou Tancredo Neves ao hospital e, depois, à morte. Hoje, constata estar em marcha a composição nacional, com os diversos setores de atividade funcionando e as diferentes forças empenhadas em encontrar caminhos comuns. Afastaram-se as sombras das más previsões por força de um trabalho ordenado e de uma consciência madura, que o governo não reivindica como obra sua. Pelo contrário, trata-se de obra comum, da Nação. Importa menos para ele que, residualmente, alguns cultores da sinistrose ainda dêem o ar de sua graça. Vendo-se desmentido pelos fatos e sentindo que a tão apregoada crise não apareceu, estão fixando prazos mais longos. Vaticinam o choque para fevereiro, uma espécie de pesadelo pós-carnavalesco que, uma vez mais, será desmentido pela realidade.

De forma descontraída, o presidente alinhrou o que lhe parecem evidências irrefutáveis para o otimismo, mesmo com a ressalva de que será sempre preciso mais trabalho, mais esforço e mais sacrifício.

No plano político, julga que encontramos o equilíbrio. As atividades parlamentares e partidárias seguem seu curso, sendo naturais os debates, os choques de idéias e as concepções variadas. Democracia é isso, jamais a placidez das concórdias forçadas. A situação se apresenta muito diferente do passado, a atividade política encontra o seu espaço e conduz a decisões conciliadoras e eficazes. A Aliança Democrática funciona, há compreensão geral para com o interesse nacional, importando que existam, também, opiniões conflitantes e lutas pela prevalência de teses.

Em termos econômicos, Sarney acrescentou, falava-se na incontável espiral inflacionária que levaria tudo de roldão, mas ela não veio. Pelo contrário, a inflação se mantém sob controle, tendo sido incidentais os índices de agosto, que registraram 14%. A tendência é de os números caírem. O País fez sua opção por um processo não cirúrgico e até pouco ortodoxo de combate à inflação, que assegura o mais importante, a retomada do desenvolvimento. Nossa economia já voltou a crescer a 5%, o desemprego se reduz, as estatísticas estão aí mesmo. A população consegue comprar mais e isso alimenta a atividade econômica. Está sendo preenchida a capacidade ociosa das indústrias, contrariando a ortodoxia monetarista.

No que respeita à dívida externa, comentou o presidente que invertamos a equação anterior. Saímos de uma posição passiva, onde só aceitávamos fórmulas importadas, para a afirmação do nosso interesse e da nossa soberania registrando-se até a compreensão externa. Os Estados Unidos mudaram sua postura diante da dívida dos países em desenvolvimento: governos de países desenvolvidos manifestam-se favoráveis ao tratamento político da questão, como disse o presidente François Mitterrand, em visita ao Brasil. Quase dois terços de nossos débitos são devidos à Comunidade Européia e ao Japão, verificando-se por parte deles a compreensão necessária a que, por decisão nossa, não paguemos com a miséria, a fome e a recessão o que devemos no mercado internacional. Sem pruridos de assumir a liderança de blocos, vamos fazendo valer a nossa voz em favor da única estratégia possível, a de honrar os compromissos, mas dentro de nossas possibilidades.

Nessa parte de suas considerações, Sarney deixou claro que à atual fase, da afirmação de nossos interesses, seguir-se-á outra, das renegociações objetivas da dívida, já devidamente discutida, equacionada e estabelecida. Apenas, não evolui sobre ela, guardando reserva diante da indagação sobre o que fazer, de concreto, na hora de saldar as promissórias vencidas. Deixa a impressão de existir munição no paiol, capaz de enfrentar resistências e pressões.

Ele falou da balança comercial, que este ano deverá superar os 12 bilhões de dólares de saldo, mas preferiu calar quando perguntado se adotaríamos fórmula parecida com a defendida pelo presidente do Peru, Alan Garcia, de fixar um percentual dessa quantia para o pagamento dos juros da dívida, aplicando-se o restante no desenvolvimento interno. Repetiu outra vez o raciocínio de que o Brasil não constitui um risco econômico, já que honra os seus compromissos, mas poderá tornar-se um risco político caso os credores adotem posições inflexíveis. A fase das renegociações se iniciará em novembro, quando vencerem os quatro meses de prorrogação conseguidos há pouco.

Outros temas foram abordados, como o da emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. O chefe do governo considera líquida e certa a manifestação do Congresso a respeito, tratando-se de um compromisso nacional, unanimemente aceito, por Tancredo Neves estabelecido como uma das linhas-base da Nova República. E cedo para saber como a Constituinte se comportará e que mecanismos irá adotar para o seu funcionamento. As eleições do ano que vem responderão a todas as dúvidas, já que seus resultados determinarão a tônica dos trabalhos.

Espanta-se, às vezes, ao ler nos jornais decisões a ele atribuídas, que não tomou. Não antecipará a reforma do Ministério, devendo mudar os ministros candidatos às eleições de 1986, bem ao final do prazo fixado na Constituição.

Não sabe se o Congresso aprovará a antecipação das desincompatibilizações, mas não tem por que trocar de ministros antes da hora. Reconsiderará seus substitutos em entendimentos com os partidos que o apóiam, de forma natural, e não se dispõe a apelar a nenhum dos atuais ministros para que se sacrifique e permaneça no governo. Seria exigir demais e interferir em suas carreiras políticas. Quem optar pela eleição receberá toda a compreensão e os agradecimentos pelos serviços prestados.

Seus reclamos são ainda para o funcionamento da máquina administrativa federal, que permanece aquém das necessidades e expectativas. A reforma, no entanto, sanará essa deficiência, e já vem sendo preparada. O importante na Nova República é a negociação, processando-se todos os problemas através da busca do consenso.

José Sarney informou também não estar em cogitação qualquer pacote fiscal capaz de aumentar as agruras da classe assalariada. Pelo contrário, estudam-se meios de favorecer os que percebem salários baixos. Onde o governo pretende atuar é nos ganhos de capital especulativo, enviando ao Congresso proposta para taxá-los mais do que vêm sendo taxados.